

Desafios da Educação Superior: políticas públicas e gestão.

JOSÉ EUSÉBIO DE O. ARAGÃO (ORG)

Prefácio

A democratização da Educação Superior

Depende de bons diagnósticos e de enfrentamento dos desafios

Neste final de um mandato presidencial (2019-2022), em que a educação em geral e a educação superior em particular foram objeto de extrema desídia por parte das autoridades federais da área (sucessão de quatro ministros, nenhum deles com as qualificações requeridas para o cargo), é necessário aplaudir publicações como essa que me é dado ler em primeira mão e ter a honra de prefaciá-la.

Os desafios que, nestas circunstâncias, enfrenta a educação superior são muitos cuja gravidade depende da ótica com que sejam vistos e examinados: se com um olhar voltado para a educação como um direito público, social e universal, e dever do Estado, em todos os seus níveis, ou se como um serviço – *commodity*, mercadoria ou valor de troca – para livre compra dos cidadãos que o possam comprar e para acumulação de capital pelos proprietários ou acionistas das empresas de serviços educacionais, de capital aberto e ações no mercado bursátil ou não.

É na linha da primeira dessas duas perspectivas contrapostas que os autores dos diversos capítulos deste livro se propuseram a tarefa de apresentar, analisar e questionar os resultados de um conjunto de pesquisas e estudos acerca de uma série de temas ou desafios específicos da educação superior. Ressalte-se que isto foi feito no contexto dos anos recentes, quando as políticas de educação superior e as medidas implementadas pelos poderes estatais fortaleceram a célere expansão mercantilizada desse nível de educação e contribuíram para o progressivo desmonte do sistema brasileiro de produção científica e de formação de pesquisadores.

Em ambos os casos, para demonstrar a gravidade desse quadro, bastaria apresentar alguns dados relativos, seja à expansão de instituições e matrículas (de graduação) da educação superior, públicas e privadas (com e sem fins lucrativos); seja à evolução/involução dos programas de pós-graduação, pós-graduandos matriculados e titulados, das bolsas no país e no exterior; e seja à gradativa e crescente redução de recursos financeiros, do Fundo Público, para as instituições de educação superior (IES)

federais (universidades e institutos federais), para o CNPq, para a Capes e para o FNDCT (Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nos últimos anos.

Em relação à expansão mercantilizada da educação superior no decênio 2010-2020, os números a seguir são altamente reveladores, tanto no caso das instituições quanto no das matrículas. Nesse período, as IES públicas passaram de 278 a 280 ou 0,7% de aumento; as IES privadas, de 2.089 a 2.177 ou 4,2% de aumento, mas, dentre elas, as com fins lucrativos (privado-mercantis) passaram de 946 a 1.291 ou 36,4% de aumento, enquanto as IES privadas, sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e outras), diminuíram de 1.143 a 862 ou -24% de redução. Em outros termos, ao tempo em que as IES públicas passaram de 11,7% em 2010 a 11,4% em 2020 das 2.457 IES do país, as IES privado-mercantis passaram de 40% em 2010 a 52,5% em 2020. (INEP, 2022).

Nessa década, as matrículas das IES públicas passaram de 1.643.298 a 1.929.995 ou 17,4% de aumento; as matrículas das IES privadas, de 4.736.001 a 6.750.950 ou 42% de aumento, mas, dentre elas, as com fins lucrativos (privado-mercantis) passaram de 2.066.473 a 4.833.599 ou 133,9% de aumento, enquanto as matrículas das IES privadas, sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e outras) reduziram-se de 2.697.589 a 1.890.740 ou -29% de redução. Em outros termos, ao tempo em que as matrículas das IES públicas passaram de 25% em 2010 a 22,2% em 2020 dentre as 8.680.945 matrículas do país, as matrículas das IES privado-mercantis passaram de 32,4% em 2010 a 55,7% em 2020. (INEP, 2022).

Para exame da evolução do montante de programas de pós-graduação *stricto sensu*, os dados do aplicativo Geocapes (<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>) indicam que o crescimento dos programas de mestrado/doutorado foi de 44,94 no período 2010-2016 e de apenas 11,87 no período 2016-2020; os programas de mestrado cresceram 18,42% de 2010 a 2016 e decresceram -0,77 de 2016 a 2020. Mesmo os mestrados e doutorados profissionais que de 2010 a 2016 cresceram, respectivamente, 184,61% e 55,10%, no períodos 2016-2020 tiveram crescimento de apenas 13,79% e 02,63, respectivamente. (CAPES, 2022).

O Geocapes revela que no período 2010-2016, o número de mestrados dos mestrados acadêmicos aumentou em 28,20% e o de titulados mestres, 35,18%; mas, no período 2016-2020, estes números foram, respectivamente, 7,77% e -6,11%. No período 2010-2016, o número de doutorandos dos doutorados acadêmicos aumentou em 65,65% e o de titulados doutores, 82,10%; mas no período 2016-2020, estes números foram, respectivamente, 15,69% e -2,60%. (CAPES, 2022).

Quanto às bolsas de pós-graduação concedidas pela Capes no país, de 2010 a 2016, houve um aumento de 43,38% para as de mestrado, 96,83% para as de doutorado e 155,99% para as de pós-doutorado; de 2016 a 2020 estes números foram, respectivamente -9,05%, 6,75% e -24,54%. A situação das bolsas no exterior é mais grave ainda. Se no período de 2010 a 2016 as bolsas para doutorado no exterior tiveram 284,57% de aumento, chegando a 2.219 bolsas, no período de 2016 a 2020, a redução foi de -90,62%, isto é, apenas 208 bolsas de doutorado no exterior em 2020, menos de uma bolsa por milhão de habitantes. Em 2015, as bolsas para doutorado no exterior haviam sido 2.492. As bolsas para pós-doutorado no exterior tiveram neste último período uma redução de -77,15%, isto é, apenas 146 bolsas em 2020 contra 1.246 em 2015. (CAPES, 2022)

O negacionismo, o anti-intelectualismo, o anticientificismo e o desmonte do “sistema” de educação superior pública federal, de produção científica e formação de profissionais de nível superior e de pesquisadores, que esses números mostram, revelam-se em toda a sua crueza quando se examinam os dados dos recursos financeiros que foram destinados às IES federais, à Capes, ao CNPq e ao FNDCT no período 2014 a 2021, como se verá a seguir.

Os recursos financeiros associados ao pagamento de Outras Despesas Correntes (custeio) das 67 universidades federais que, em 2014, somavam cerca de R\$ 9 bilhões, reduziram-se, em 2021, a cerca de R\$ 5,5 bilhões, uma redução próxima a 40%. A redução dos recursos financeiros associados aos investimentos (construção de prédios, reparos de prédios e compra de grandes equipamentos) das universidades federais foi de mais de 90% no período, isto é, cerca de R\$ 2,8 bilhões em 2014 e de menos de R\$ 200 milhões em 2021. (BRASIL, 2021).

Quanto aos recursos financeiros destinados à Capes, se, em 2015, eles atingiram cerca de R\$ 10 bilhões, em 2021 não ultrapassaram R\$ 2,5 bilhões (redução de cerca de 75%). Algo similar ocorreu com os recursos destinados ao CNPq – responsável pelo patrocínio de em torno de 30 mil projetos de pesquisa – que foram reduzidos de cerca de R\$ 3 bilhões em 2014 para menos de R\$ 1 bilhão em 2021 (redução de quase 70%). Quanto aos recursos destinados ao FNDCT, a redução foi ainda mais drástica: de quase R\$ 4 bilhões em 2014 os recursos reduziram-se a cerca de R\$ 400 milhões em 2021 (redução de aproximadamente 90%). Se somados os recursos destinados à Capes, CNPq e FNDCT, eles perfaziam cerca de R\$ 14 bilhões em 2015, em 2020, eles mal ultrapassavam os R\$ 4 bilhões (redução de mais de 70%). (BRASIL, 2022b)

De 2013 a 2020, do Orçamento da União, apenas 0,29% foram destinados a ciência e tecnologia, e 1,87%, para as universidades federais (incluídos os hospitais universitários), enquanto foram destinados 18,38% para as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida pública, que, no período 2013 a 2020, tiveram 75,34% de aumento e que, em 2020, corresponderam a R\$ 681,99 bilhões. (REIS, 2021).

Esse quadro, sumariamente esboçado, não nasce do nada e não se explica por si mesmo. Faz ele parte e decorre da adoção gradativa, desde os anos 1990, dos princípios e diretrizes do ajuste neoliberal da economia e do Estado, que, como se pôde deduzir pelos dados apresentados, atingiu sua fase mais exacerbada a partir do movimento que levou ao impeachment/golpe jurídico/parlamentar da presidente da República de agosto de 2016. Desde então, a começar com a aprovação pelo Congresso Nacional e homologação pela Presidência da República da Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, seguida de uma série de medidas legislativas que restringiram ao máximo os direitos dos trabalhadores e beneficiaram os detentores do capital financeiro, industrial e comercial (Lei Trabalhista, Lei da Terceirização Irrestrita, Lei da Previdência Social, entre outras), tanto os recursos destinados ao Ministério da Educação (MEC) quanto os destinados ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foram sendo sistematicamente reduzidos, produzindo os maiores cortes orçamentários de que se tem notícia. Nem durante os 21 anos da ditadura militar (1964-1985) verificou-se algo tão drástico e desastroso para a educação superior pública federal e para os órgãos de financiamento e regulação da produção científica e formação de pesquisadores.

É nesse contexto de isolamento do país em termos científicos e de formação de nível superior em relação aos demais países e suas instituições científicas que se deve visualizar, por exemplo, a decretação do fim do Programa *Ciências sem fronteiras*, examinado à luz de teses e dissertações constantes nos acervos da Capes. A esses fatores, vinculados à atual fase do neoliberalismo, com seu Estado muito mais comprometido com os interesses privado-mercantis do capital do que dos interesses públicos e do trabalho, somam-se outros, da tradição de uma educação superior de caráter elitista, para explicarem os traços marcantes dos demais temas que foram alvo desses levantamentos, sistematização e análise, como os da política de formação docente para a educação superior, da permanência e assistência estudantil numa universidade federal, da inclusão e acessibilidade de alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA) na educação superior, das dificuldades na adoção da política de cotas na educação superior, da

diminuta participação de mulheres nos cargos superiores de gestão universitária, e das bases da autoridade de reitores de instituições universitárias no país.

Este livro e cada um de seus capítulos, ricos de dados e de análises pertinentes, contribuem, oportuna e eloquentemente, para alertar a autoridades e a todos os envolvidos e preocupados com o futuro da educação superior que, além da restauração do que nesta vem sendo destruído pelas políticas públicas de Estado e do governo atual, é necessário enfrentar uma série de outros desafios não menos importantes para que se possa falar em democratização desse nível de educação. A democracia em geral e uma educação superior democratizada em todos os seus âmbitos e sentidos precisam andar juntas e se reforçarem reciprocamente. Do contrário, a desigualdade e exclusão sociais tenderão a agravar-se ainda mais e o sonho de um país justo, de muito maior igualdade e soberania, não passará de uma grande quimera.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília: MEC/Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 20 jun 2020.

BRASIL.CAMARA DOS DEPUTADOS. **Execução Orçamentária da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>. Acesso em 15 set. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e de Fiscalização Financeira. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/NT26_2021PSOLUniversidadesFieseProuni.pdf. Acesso em 15 set. 2022.

CAPES. Geocapes. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em 20 mai. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 15 ago. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior 2010 e 2020**. Disponível em: <https://www.inep.gov.br/microdados>. Acesso em 20 mai. 2022.

REIS, L. F. Dívida Pública e Subfinanciamento da Educação Superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil (2013-2020). Painel: Políticas, gestão e direito à educação

superior: novos modos de regulação e tendências em construção. **ANPEd**. 40ª Reunião Nacional, 20 out. 2021.

PRIMAVERA DE 2022
VALDEMAR SGUISSARDI
Prof. Dr. Titular (aposentado) da UFSCar